Assentamento pode gerar

falta de água

Elson Soares

O governador Joaquim Roriz, ao anunciar ontem no Palácio do Buriti a conclusão de seu programa de assentamento dos desabrigados até o dia 30 de outrubro deste ano, reconheceu que sua política habitacional é perigosa para o futuro do Distrito Federal, na medida em que resolve de imediato os problemas de urbanização e moradia mas coloca em cheque o sistema de abastecimento de água da região. Essas declarações foram feitas numa entrevista coletiva em que ele inaugurou o que chamou de 'segunda fase'' de seu governo.

Duas mensagens de anteprojeto de lei foram enviadas ontem pelo governador ao Senado Federal para aprovação na Comissão do DF. Uma propõe a minirreforma administrativa que, segundo ele, não trará uma economia palpável aos cofres públicos. A outra propõe a venda de nove residências oficiais e nove lotes de propriedade do GDF. Os imóveis residenciais es-

Programa atrai novos imigrantes

O dia 30 de outubro foi estabelecido como meta para o final das operações de assentamento de exfavelados e inquilinos de fundo de quintal. A determinação é fazer todas as remoções de favelas do Distrito Federal antes que inicie novo período de chuvas. O governador admitiu que o programa do GDF de distribuição de lotes semiurbanizados para a população de baixa renda é fator de atração de novos migrantes a Brasília.

No ritmo em que acontecem os assentamentos, Roriz acredita que precisará procurar mananciais de água fora do Distrito Federal para o abastecimento das novas áreas. Após o término dos assentamentos os desabrigados de Brasília terão que se contentar com os alojamentos do Centro de Apoio Social, que terá capacidade para atender 600 famílias e funcionará como um núcleo de triagem de migrantes.

tão avaliados em torno de NCz\$ 1 milhão cada um.

Com a Secretaria de Transportes, que será criada com a minirreforma, o GDF pretende viabilizar a extinção do subsídio ao Caixa Único e rever todo o sistema de transporte coletivo do Distrito Federal. Além disso, o procurador-geral do DF, Célio Áfonso, informou que o Tribunal de Contas já instruiu a Justiça de modo a que faça as empresas de transporte coletivo devolveram recursos repassados a elas pelo Caixa Único para renovação das suas frotas e que não foram utilizados para tal fim.

Quando à venda dos imóveis funcionais proposta pelo chefe de Governo do Distrito Federal ao presidente da República, José Sarney, ele adiantou que já estão sendo feitos estudos pela Secretaria de Planejamento e que, na próxima semana, voltará ao Palácio do Planalto para receber uma resposta definitiva sobre o assunto.